



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Municípios Baianos

Data: 22/03/2017

Caderno/Link: <http://www.municipiosbaianos.com.br/noticia01.asp?tp=1&nID=33349>

Assunto: Da colonização à Carne Fraca: como a pecuária ajuda a contar a história

Da colonização à Carne Fraca: como a pecuária ajuda a contar a história



Muito antes da Operação Carne Fraca, que denunciou um esquema de corrupção envolvendo frigoríficos e fiscais agropecuários, a pecuária no Brasil era só para os fortes - bois e seus donos. Encomendados por senhores de engenho, os primeiros bovinos a chegar ao país eram empregados nas fazendas de açúcar do Brasil Colônia como bestas de carga e força motriz, além de fonte de comida e couro. Segundo o Centro de Referência da Pecuária Brasileira - Zebu, os primeiros muare desembarcam no país por volta de 1534, vindos da então colônia portuguesa de Cabo Verde, na África. Desde então, a pecuária se

tornou um dos setores mais rentáveis da economia brasileira, movimentando R\$ 400 bilhões em 2016 - mas a expansão da atividade jamais se dissociou de polêmicas e escândalos.

Ocupação de territórios

Conforme os rebanhos cresciam, o gado deixou de ser usado unicamente na lavoura de cana e se tornou crucial para a ocupação de territórios da jovem colônia.

Em artigo publicado em 1995 na revista *Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine*, a historiadora Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) remonta o crescimento da pecuária no Brasil às sesmarias, terras distribuídas pela Coroa e destinadas à produção agrícola. Linhares conta que, para conseguir ocupar os territórios, os sesmeiros costumavam arrendar áreas menores a sitiantes que possuíam rebanhos. Era importante preencher as áreas porque terras livres podiam ser retomadas pela Coroa para serem redistribuídas.

Começa então a grande marcha bovina para o interior: o gado avança de São Vicente (SP) até os campos de Curitiba; de Pernambuco, para o Agreste e o Piauí; da Bahia, para o Ceará, o Tocantins e o Araguaia. Nos séculos seguintes, os rebanhos ocupariam ainda o Semiárido, Minas Gerais, o Rio Grande do Sul, o Cerrado e franjas da Amazônia. Linhares diz que está superada a noção de que as fazendas de gado pioneiras se caracterizavam pela natureza livre do trabalho de peões e vaqueiros, em contraste com a escravidão nos engenhos de cana. "Tal avanço sobre a terra nada teve de pacífico, sendo numerosos os registros de reação violenta das populações indígenas à incorporação de sua força de trabalho nas fazendas de gado", ela afirma. Em *Os índios e a civilização*, o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) descreve o avanço da pecuária em terras dos povos Timbira, no sul do Maranhão. "À custa de tramoias, de ameaças e de chacinas, os criadores de gado espoliaram a maioria deles, e os remanescentes de vários grupos se viram obrigados a juntar-se nas terras que lhes restavam, insuficientes para o provimento da subsistência à base da caça, da coleta e da agricultura supletiva desses índios."



No século 19, a atividade se transforma com a chegada de raças zebuínas da Ásia, mais adaptadas ao clima tropical. Até então, boa parte do rebanho brasileiro era composto por raças taurinas, de origem europeia.

Alguns fazendeiros do Triângulo Mineiro viajam eles próprios à Índia para buscar os animais, identificados pela presença de corcova (cupim) e pelas orelhas longas.

Outros pecuaristas compram os muares de mascates, vendedores ambulantes que conduzem pequenos rebanhos de fazenda em fazenda. Alguns mascates fazem fortuna e mandam construir palacetes nas principais cidades da região.

Perón e o primeiro impulso à exportação

Nos anos 1940, com a ascensão de Juan Domingo Perón à Presidência da Argentina, novos mercados se abrem para o Brasil. Pesquisador de pecuária do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da escola de agricultura da USP (Esaq), Sérgio de Zen diz que naquela época a Argentina era a grande fornecedora de carne bovina do mundo. Ele conta, porém, que o intervencionismo de Perón fez com que multinacionais do setor buscassem o Brasil como alternativa.

É nessa época que empresas como a inglesa Anglo e a americana Swift se instalam no país, trazendo técnicas industriais para o abate e o processamento da carne. Com o fim da Segunda Guerra (1939-1945), diz Zen, a pecuária se reorganiza na Europa e avança nos EUA e na Austrália. O Brasil sofre com a competição, e as multinacionais deixam o país, pressionadas também pela concorrência com abatedouros clandestinos.

Na década de 1970, o avanço da agricultura pelo Cerrado dá novo fôlego ao setor. Com a correção da acidez dos solos e a introdução de capins mais adaptados ao bioma, a raça zebuína Nelore se consolida como a principal variedade do país.

Hoje o Centro-Oeste é a principal região produtora do Brasil, mas a expansão de capins exóticos - especialmente do gênero braquiária - ameaça a vegetação original remanescente. A ditadura militar também estimulou a atividade ao promover a colonização da Amazônia. A construção da rodovia Transamazônica (1968-1974) empurrou a fronteira pecuária até o sul do Pará, enquanto a oeste fazendeiros - muitos deles paulistas e gaúchos - substituíam florestas por pastagens em Mato Grosso, em Rondônia e no Acre, às margens da BR-364. Até hoje, a pecuária é tida como a principal responsável pelo desmatamento da Amazônia. Áreas destruídas pelo fogo podem se tornar pastagens sem grandes custos, e a mobilidade dos bois permite que sejam criados longe de estradas e centros de consumo. Além disso, o gado criado em áreas desmatadas ilegalmente pode ser abatido e comercializado por frigoríficos regulares, o que dificulta seu rastreamento. Na Amazônia, assim como em boa parte do Centro-Oeste, os rebanhos têm espaço, água e clima favorável o ano todo, uma grande vantagem competitiva em relação à Europa ou aos EUA, onde os invernos são rigorosos e os animais passam ao menos parte do ano confinados.

Especulação bovina

Mesmo com a expansão territorial, o setor ainda enfrentava turbulências. Entre as décadas 1980 e 1990, nos anos de hiperinflação, o gado se tornou uma alternativa à moeda que desvalorizava rapidamente. Os animais eram comprados e logo revendidos para que se lucrasse com a especulação. Só após a estabilização da economia com o Plano Real, em 1994, o setor é forçado a se tornar mais eficiente.

Avanços tecnológicos possibilitam que mais bois sejam criados em menos espaço. No fim dos anos 1990, a epidemia de vaca louca na Europa e a de febre aftosa na Argentina abrem espaço para o gado brasileiro. A pressão de compradores estrangeiros e de ambientalistas quanto ao desmatamento da Amazônia e à qualidade da carne leva a indústria nacional a endurecer o controle sobre o abate. As autoridades sanitárias também se tornam mais rigorosas. Sérgio de Zen, da Cepea-Esaq, diz que um estudo de 2012 apontou que naquele ano só 6% dos abates ocorriam sem fiscalização.



Nos anos Lula e Dilma, o governo estimula a concentração do setor com sua política de "campeões nacionais". Sob a gestão de Luciano Coutinho, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) injeta recursos em alguns grupos, que incorporam outros e se tornam gigantes globais. A Sadia se funde com a Perdigão, dando origem à Brasil Foods (hoje BRF); o Grupo JBS compra as redes de frigorífico Bertin e Independência e passa a controlar algumas das principais marcas do mercado, como Swift, Friboi e Seara. A financeirização da pecuária atinge níveis inéditos. O Brasil passa a disputar com a Índia o posto de maior exportador mundial de carne bovina e se torna o segundo maior produtor, atrás dos EUA.

Novas técnicas

Pesquisador-chefe da subdivisão de gado de corte da Embrapa, agência de pesquisa subordinada ao Ministério da Agricultura, Cléber Soares diz que hoje a expansão da atividade não necessita de novas áreas. Ele afirma que nas fazendas bovinas do Brasil se produzem hoje, em média, 90 quilos de carne por hectare ao ano, mas que é possível produzir até 600 quilos com a adoção de tecnologias já disponíveis.

Soares aposta em sistemas que integram, numa mesma fazenda, pecuária, plantações de soja ou milho e florestas comerciais. Hoje boa parte do gado brasileiro se alimenta só de capim. Quando é possível complementar a dieta com cereais, Soares diz que os rebanhos requerem menos espaço. O pesquisador também aposta no contínuo aperfeiçoamento dos animais e conta que, séculos após importar seus primeiros bois e vacas, o Brasil se tornou o maior exportador de genética bovina do mundo. Ele diz que, numa inversão de papéis, o país passou a vender inclusive para as regiões a que deve a formação de seu rebanho: hoje raças zebuínas brasileiras são exportadas para a Índia, e raças taurinas nacionais são despachadas para a Europa.

Carne Fraca: O que pesa contra a BRF e a JBS

Deflagrada na sexta-feira 17, a Operação Carne Fraca, a maior da história da Polícia Federal, investiga um suposto esquema de fraude e corrupção em frigoríficos brasileiros, no qual, mediante o pagamento de propina, fiscais do Ministério da Agricultura facilitavam a produção de alimentos adulterados e emitiam certificados sanitários sem realizar a fiscalização de fato. Entre as mais de 70 empresas investigadas, com autorização do juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, estão a JBS e a BRF, duas gigantes brasileiras que dominam o mercado nacional e exportam grandes quantidades de carnes para todo o mundo. No fim de semana, o governo Michel Temer mobilizou-se para evitar que a investigação provoque grandes danos em um setor da economia considerado essencial para o País. A empreitada será, no entanto, complexa.

JBS, dona de marcas como Big Frango, Friboi, Maturatta, Swift e Seara

As marcas da JBS acusadas de envolvimento no escândalo são a Big Frango e a Seara. No caso da Big Frango, quem aparece no esquema é Roberto Mülbert, apontado pela PF como representante do Frigorífico Big Frango, de Rolândia (PR). Em um diálogo interceptado pela PF, Mülbert conversa com Maria do Rocio Nascimento, funcionária do Ministério da Agricultura apontada como uma das líderes do esquema. Na conversa, Mülbert pede orientação a Nascimento a respeito da utilização de embalagens antigas, confeccionadas antes de a empresa mudar de nome, em produtos novos. No meio do diálogo, o representante da Big Frango pergunta a Nascimento se ela "recebeu as asinhas". Para a PF é um indício de que Mülbert pagava propina para a fiscal. A sede da Big Frango foi alvo de um mandado de busca e apreensão e Roberto Mülbert foi conduzido coercitivamente para prestar depoimento.



No caso da Seara, o envolvido é Flavio Evers Cassou, apontado pela Polícia Federal com "executivo da JBS", mas que seria médico veterinário da companhia. Segundo os investigadores, Cassou tinha "relação quase societária" com Maria do Rocio Nascimento e "reiteradamente agracia a estimada amiga com lotes de carnes, produtos e dinheiro". Assim como a fiscal do Ministério da Agricultura, Cassou foi preso preventivamente. Por causa de um diálogo travado entre Cassou e Eraldo Cavalcanti Sobrinho, outro fiscal preso preventivamente por ordem da Justiça, a PF conclui que o veterinário da Seara obtinha certificado de exportação de alimentos sem que as fiscalizações fossem de fato realizadas. De acordo com a PF, a conversa entre os dois é exemplo de "muitos diálogos (que mostram que) certificados já preparados pelos próprios funcionários das empresas eram levados até fiscais do MAPA apenas para a colheita de suas assinaturas, que eram apostas e, em geral, como agradecimento, o fiscal recebia uma 'caixa' com alimentos e/ou pagamentos em dinheiro pela facilitação – ou mesmo dispensa – da fiscalização na empresa."

A JBS disse que as unidades que foram alvo da operação da PF são as de Rolândia e da Lapa, ambas no Paraná, e de Goiânia, mas destacou que "nenhuma planta foi interditada pelas autoridades". Em comunicado, a JBS destacou que é "a maior empresa de proteína no mundo", exporta para 150 países, disse ser "a maior interessada no fortalecimento da inspeção sanitária no Brasil" e afirmou que os "casos citados na imprensa sobre produtos adulterados não envolvem nenhuma das marcas da JBS".

BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão

O funcionário da BRF de mais alto escalão investigado na Operação Carne Fraca é Roney Nogueira dos Santos, gerente de Relações Institucionais e Governamentais da BRF. Ele foi preso preventivamente no sábado 18, no Aeroporto de Guarulhos (SP), ao voltar de uma viagem de trabalho para a África do Sul. Há duas grandes acusações contra Santos. A primeira foi flagrada em uma conversa interceptada entre o gerente da BRF e Daniel Gonçalves Filho, fiscal do Ministério da Agricultura apontado pela PF como o líder da quadrilha investigada. No diálogo, Gonçalves Filho cobra Santos a respeito de recibos falsos que deveriam ser entregues a Maria do Rocio Nascimento, outra fiscal do ministério integrante do esquema. Maria do Rocio viajou para três países europeus (Holanda, Bélgica e Alemanha) para uma inspeção que culminou em liberação, por parte do governo, para que a BRF aumentasse a velocidade de abate de aves em suas plantas, de 10 mil para 12 mil aves por hora. A viagem foi paga pela BRF e Nascimento estava ameaçada de perder o cargo por conta disso. Os recibos falsos de reembolso a ajudariam a se livrar da investigação.

Mais grave é a acusação de que Roney negociou com Dinis Lourenço da Silva, superintendente do Ministério da Agricultura em Goiás, a manutenção do funcionamento de um frigorífico em Mineiros (GO) mesmo diante de um parecer que recomendava seu fechamento. A transação foi flagrada em diversos diálogos interceptados e, após a definição de que o frigorífico permanecerá aberto, Roney promete a Dinis apoio financeiro nas eleições municipais, para que este pudesse doar a um candidato que o ajuda em Goiânia. A PF pediu o fechamento da unidade de Mineiros, mas o juiz responsável pela Operação Carne Fraca negou, remetendo a decisão para o Ministério da Agricultura, que incluiu o frigorífico na lista de 21 fechados temporariamente após a deflagração da ação. O frigorífico de Mineiros surge novamente no inquérito da PF quando os investigadores destacam diálogos entre André Luis Baldissera, apontado como diretor da BRF, e duas pessoas não identificadas nos quais é discutida a retenção de contêineres da empresa com produtos exportados para a Europa. Nos produtos fabricados em Mineiros foi encontrado um dos tipos da bactéria salmonella, e os interlocutores debatem formas de evitar que o fato acarrete problemas, como, por exemplo, mudar o porto de entrada na Europa da Itália para a Holanda. Para a PF, esses diálogos comprovariam as más condições do frigorífico goiano.



Em comunicado, a BRF afirmou que "não compactua com práticas ilícitas" e que "tomou imediatamente as medidas necessárias para a apuração dos fatos". Ainda segundo a empresa, o tipo de salmonella encontrado nos contêineres enviados para a Itália é Saint-Paul, "tolerado pela legislação europeia para carnes in natura". A empresa diz que se defendeu do caso tanto diante de autoridades europeias quanto do Ministério da Agricultura e afirma: "Reitera que todas as medidas tomadas pela empresa e seus técnicos estão plenamente de acordo com os mais elevados níveis de governança e compliance e de forma nenhuma ferem qualquer preceito ético ou legal do Brasil e dos países para os quais a BRF exporta seus produtos".

"Carne com papelão"

A BRF também é alvo da acusação de que haveria papelão em carne moída para fazer salsichas. A PF divulgou uma conversa de dois funcionários da empresa, um deles gerente de produção, no qual eles discutem a colocação de papelão "dentro do CMS".

Funcionário da BRF: o problema é colocar papelão lá dentro do CMS também, né. Tem mais essa ainda. Eu vou ver se consigo colocar em papelão. Agora se eu não consegui em papelão, daí infelizmente eu vou ter que condenar.

Luiz Fossati (gerente de produção da BRF): Ai tu pesa tudo que nós vamos dar perda. Não vamos pagar rendimentos isso.

A CMS é a carne mecanicamente separada, usada para embutidos. Segundo a PF, os funcionários estariam discutindo colocar o papelão dentro da carne. A empresa refutou a ideia, dizendo que "não há papelão algum nos produtos da BRF" e que "o funcionário estava se referindo às embalagens do produto e não ao seu conteúdo". "Quando ele diz 'dentro do CMS', está se referindo à área onde o CMS é armazenado. Isso fica ainda mais claro quando ele diz que vai ver se consegue "colocar EM papelão", ou seja, embalar o produto EM papelão, pois esse produto é normalmente embalado em plástico", diz a empresa.

Em entrevista à BBC Brasil, o médico veterinário e especialista em carnes Pedro Eduardo de Felício, da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, disse acreditar que não houve inclusão de papelão no processamento da carne. "Acho muito difícil isso ter acontecido. O que ocorre é que tem áreas dentro das indústrias que são chamadas de áreas limpas, onde não podem entrar embalagens secundárias, como caixas de papelão", explicou. "Na gravação que ouvi, duas pessoas falavam em entrar com uma embalagem de papelão na área limpa. Evitar papelão nessas áreas faz parte das boas práticas de manufatura, mas não fazer isso não é o mesmo que usar papelão dentro da salsicha", afirmou.

